

# X ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

## A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA DE ATENÇÃO A SAÚDE DO ADOLESCENTE NO BRASIL

Ana Lucia Siqueira Araujo<sup>1</sup> Antonia de Maria Rodrigues de Sousa Castro<sup>2</sup> Maria Adelane Monteiro da Silva<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Aluna do curso de pós-graduação em caráter de residência em saúde da família pela EFSFVS; email: [analucias.araujo@hotmail.com](mailto:analucias.araujo@hotmail.com)

<sup>2</sup>Aluna de mestrado profissional em saúde da família – UVA/RENASF; email: [vidadoipu@ig.com.br](mailto:vidadoipu@ig.com.br)

<sup>3</sup>Profa. Dra. Adjunta do curso de enfermagem da UVA. Docente do mestrado profissional em saúde da família UVA/RENASF

### RESUMO

Estudo do tipo reflexivo com o objetivo de refletir sobre a evolução das políticas de atenção a saúde do adolescente no Brasil. Realizado no período de março/2015 a Setembro/2015 o qual faz parte da construção de um estudo de dissertação do mestrado Profissional em Saúde da Família da Universidade Estadual Vale do Acaraú -UVA em parceria com a Rede Nordeste de Formação em Saúde da Família- RENASF. Essa evolução vem se dando ao longo do tempo e com isso o adolescente ganha um olhar de reconhecimento como cidadão. Agradecemos a todos os docentes da UVA e em especial a Prof.ª orientadora Maria Adelane Monteiro e colegas.

**Palavras-Chave:** Adolescentes; Políticas Públicas de Saúde; Promoção da Saúde

### INTRODUÇÃO

A adolescência é uma etapa do desenvolvimento do ser humano marcada por profundas transformações biopsicossociais. O acelerado crescimento físico dessa fase é acompanhado pela maturação sexual. A capacidade de abstração e o pensamento crítico se desenvolvem, juntamente com um maior senso de independência emocional e de autoconhecimento. Formula-se, gradualmente, o código pessoal de valores éticos. Tradicionalmente, a adolescência tem sido abordada, no senso comum e também por profissionais de saúde, como mera “transição” ou “preparação para a vida adulta”, refletindo uma visão de mundo adultocêntrica. No discurso de diversos atores sociais, incluindo expressivos segmentos da mídia, a adolescência é imediatamente associada a “problemas” – abuso de álcool e drogas, gravidez na adolescência, comportamentos anti-sociais, desinteresse pelos estudos e, mais recentemente, como autor de violências e infrações legais (Brasil,2006).Os valores, atitudes, hábitos e comportamentos que marcam a vida dos adolescentes encontram-se em processo de formação e cristalização. Ao mesmo tempo, a sociedade e a família passam a exigir do indivíduo, ainda em crescimento e maturação, maiores responsabilidades com relação a sua própria vida (Brasil, 2010).Nessa perspectiva de associação do adolescente com drogas, violência e sexualidade, surgem as políticas públicas no intuito de mediar e qualificar os serviços oferecidos a essa população jovem. Com isso, iniciou-se a desmistificação de alguns conceitos relacionais e verdadeira oferta de possibilidades de cuidado do adolescente e jovem. Portanto, este trabalho tem como objetivo-refletir sobre a evolução das políticas de atenção a saúde do adolescente no Brasil.

## METODOLOGIA

Estudo reflexivo sobre a discussão da evolução das Políticas de Atenção à saúde do Adolescente, realizado no período de março/2015 a Setembro/2015, o qual faz parte da construção de um estudo de dissertação do mestrado Profissional em Saúde da Família da Universidade Estadual Vale do Acaraú -UVA em parceria com a Rede Nordeste de Formação em Saúde da Família-RENASF. Para esta reflexão, tomaram-se por base artigos que abordam o tema, no intuito de adquirir maior aprofundamento e aproximação com este.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

As políticas de saúde voltadas ao adolescente e jovem, sofreram muitas influências e mudanças ao longo dos anos. Evoluindo de um contexto onde a figura do adolescente era associada ao uso de drogas, violência e sexualidade, para um cenário de responsabilização e entendimento deste público como seres de autonomia, cidadania e geradores de mudanças. Para ilustrar, anunciaremos no quadro 1 os principais fatos que marcaram a evolução das Políticas Públicas de Saúde no Brasil, e discutiremos quais as contribuições das principais iniciativas. O momento de redemocratização do país, vivenciado no Brasil a partir da década de 1980, revela mudanças significativas na história da assistência à infância e a adolescência, ao tempo que se inaugura a “era dos direitos”. No caso específico da criança e do adolescente, estes passaram a ser considerados sujeitos de direitos em oposição a objetos de tutela e proteção por parte do Estado. As políticas públicas voltadas para adolescentes tomaram uma nova dimensão ao ser introduzida pela Constituição Federal de 1988, momento que passa a ser “prioridade absoluta” a promoção da proteção integral da criança e do adolescente, por parte do Estado, da família e da sociedade (BRASIL, 2005). Neste contexto foi instituído o Programa Saúde do Adolescente (PROSAD), criado pela Portaria do Ministério da Saúde (MS) nº 980/GM de 21/12/1989, representando um marco para a saúde do adolescente, visto que se baseia em uma política de Promoção de Saúde, de identificação de grupos de risco, detecção precoce dos agravos, direcionando para o tratamento adequado e reabilitação. Este programa visava garantir aos adolescentes o acesso à saúde, com ações de caráter multiprofissional, intersetorial e interinstitucional (SILVA, 2005). Posterior a isso foi criado pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) regulamentado no art. 227 da Constituição Federal, reconhecendo a criança e o adolescente como sujeitos de direitos próprios, representando grande avanço na afirmação dos direitos e das garantias das crianças e dos adolescentes (SENAD, 2010). O MS em 2006 deu início à pactuação e discussão da PNAISAJ tendo em vista a garantia do direito constituído de adolescentes e jovens à saúde no âmbito do SUS (BRASIL, 2007). E lançou em 2010 diretrizes nacionais que subsidiariam as ações voltadas ao adolescente. Nestas Diretrizes, três eixos são fundamentais para viabilizar a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens: acompanhamento do crescimento e desenvolvimento; atenção integral à saúde sexual e saúde reprodutiva e atenção integral no uso abusivo de álcool e outras drogas por pessoas jovens (BRASIL, 2010). A política nacional do adolescente integrada à política nacional de saúde, articulada a outros setores governamentais e não governamentais, propõe uma mudança estratégica na atenção ao adolescente, esse desejo de mudança vem sendo almejado ao longo dos anos como vimos no quadro do marco histórico apresentando a evolução da Política Nacional do Adolescente para os dias atuais. Com todo esse cenário a população adolescente ganhou olhares por parte dos governantes e com isso espaço dentro do setor saúde.

## GRÁFICOS

Quadro 1 – Marcos Históricos da Evolução da Política do Adolescente

Marco histórico	Ano	Marco histórico	Ano
Encontro de pesquisa	1000	Encontro de pesquisa	1000
Declaração dos Direitos da Criança, adotada por 78 países	1959	Lei 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.	1996
Brasil: lei 6697. Código de Menores	1979	Lei 9.623 do Planejamento Familiar, saúde sexual e reprodutiva	1996
Convenção contra a Tortura e Outras Formas Cruéis de Degradação Humana.	1984	Agenda Nacional sobre saúde do Adolescente e Jovem de 10 a 24 anos	1999
Regras Mínimas para Administração da Justiça da Infância e Juventude	1985	Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil	2000
Regras Mínimas para a Proteção dos Jovens Privados da Liberdade	1986	Marco Legal: Saúde um Direito de Adolescente. Editora MS: DF, Brasil	2005
Diretrizes para a Prevenção da delinquência juvenil	1988	Marco Legal da Saúde dos Adolescentes	2005
Constituição do Brasil, C, artigo 227	1988	Marco Teórico e Referencial da Sexualidade e Saúde Reprodutiva de Adolescentes e Jovens	2006
Leis Orgânicas da Saúde, 8.080 e 8.142	1990	Política Nacional de saúde do Adolescente	2006
Estatuto da Criança e do Adolescente.	1990	Diretrizes Nacionais para atenção Integral à saúde do Adolescente e Jovem na Promoção Proteção e recuperação da saúde	2010
Lei 8.742 de Assistência Social, LOAS.	1993	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei.	2012

Fonte: Própria autora

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou evidente que vem ocorrendo uma evolução no que tange às Políticas Nacionais de Saúde do adolescente. Ficando instituído, por meio de portaria em 2010, as Diretrizes norteadoras da Política Nacional do Adolescente para a criação e efetivação dos serviços para o adolescente com um olhar de valorização do ser humano, gerando o vínculo necessário para a assistência integral e qualificada no processo saúde doença, beneficiando esse público, sem violar a sua autonomia e respeitando sua subjetividade.

## AGRADECIMENTOS

Aos docentes da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA e a Rede Nordeste de Formação em Saúde da Família- RENASF, em especial minha orientadora, Adelane Monteiro pelo carinho ao orientar e incentivo à pesquisa. Aos colegas de sala de aula e aos eventos adversos que nos ensinam a ter gosto pela pesquisa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Área de Saúde do Adolescente e do Jovem**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Área Técnica de Saúde do Adolescente e Jovem**. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Adolescente e Jovem. Brasília, 2006. Disponível em <http://www.saude.gov.br>. Acesso em 6 de março de 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Saúde integral de adolescentes e jovens: orientações para a organização de serviços de saúde**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

SENAD. **VI Levantamento Nacional Sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio das Redes Pública e Privada de Ensino nas 27 Capitais Brasileiras, 2010**. São Paulo: CEBRID - Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas; UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo, 2010.

SILVA, J.L.L. **Conhecendo o Programa de Saúde do Adolescente** [Internet]. 2005. Disponível em: <http://www.uff.br/disicamep/prosad.htm>. Acesso em: 16 set. 2015.